

**REDAÇÃO**

Os recortes selecionados mostram que muitos jovens, independentemente da classe social a que pertencem (já que se fala tanto de uma jovem de classe média-alta quanto de um interno da FEBEM), comprometem, irremediavelmente, o seu futuro, quer tomando o caminho do crime, quer aventurando-se em situações arriscadas (alta velocidade no trânsito, por exemplo). Através de alguns dos textos-base apresentados (como os retirados dos PCNs e do Estatuto da Criança e do Adolescente), é possível verificar que esses jovens, pelo menos teoricamente, teriam apoio na lei, que garantiria sua formação como cidadãos responsáveis e participativos. O problema é que, entre a teoria no papel e a prática do dia-a-dia, há uma distância considerável a ser percorrida. Apontam-se, então, os possíveis culpados dessa defasagem: a sociedade (representada, sobretudo, pelos pais, pela educação recebida da família) e a instituição escolar, na qual os jovens passam grande parte de sua existência e na qual também aprendem a ser e a estar no mundo. Fica também implícita a responsabilidade do governo, já que as leis de proteção ao jovem não têm sido cumpridas, como deveriam. De qualquer forma, o que se mostra claramente, nos casos apresentados, é que as instâncias “formadoras” de caráter falharam na função que lhes cabe.

Diante desse quadro, o candidato pode tomar uma (ou mais) das seguintes direções, entre outras possíveis:

- 1) Discorrer sobre o que leva alguns jovens a desafiar os limites da ética e do bom senso. Entre as possíveis razões, podem ser apontadas: a) a juventude como um período de transformações (físicas e psicológicas), mas, principalmente, de incertezas em relação ao futuro ; b) as pressões sociais, como a busca por um lugar na Universidade e/ou por um emprego, num mercado cada vez mais desumano e competitivo; c) determinadas características (mal canalizadas, diga-se de passagem) inerentes aos integrantes dessa faixa etária, como a coragem, o gosto pelo desafio, uma certa irreverência, que os leva a contestar valores socialmente aceitos; d) influência negativa da mídia, que expõe os jovens a situações violentas.
- 2) Abordar fatores ligados ao não-cumprimento do papel que cabe à sociedade (família), à escola e ao governo, tais como: a) a situação dos pais que trabalham fora e não dispõem de tempo para acompanhar o desenvolvimento dos filhos; b) pais excessivamente autoritários, o que gera filhos agressivos, ou, ao contrário, muito permissivos, o que resulta em jovens inseguros; c) professores pouco preocupados em ir além da mera transmissão de conhecimentos; d) escolas ávidas por lucro, que não tomam a formação integral do jovem como seu objetivo principal; e) governo que não fiscaliza e não faz cumprir as leis.
- 3) Mostrar que os casos focalizados nada mais são do que exceções. Basta ver o grande número de jovens sérios e responsáveis que trabalham, desde cedo, para ajudar no sustento da família; que se empenham nos estudos, preparando-se para exercer, com competência, uma profissão futura; que se dedicam a serviços voluntários para auxiliar os mais carentes; que são conscientes de seus direitos e deveres, como, por exemplo, o de escolher seus representantes através do voto.

Quanto às soluções apontadas, essas devem girar em torno de meios para evitar o surgimento de outros jovens problemáticos, como os descritos nos textos-base: pais mais atentos ao cotidiano de seus filhos, que se mostrem dispostos a manter com eles um diálogo franco e aberto e que, sobretudo, saibam impor limites; professores mais bem preparados para lidar com as dificuldades de aprendizagem de seus alunos que, muitas vezes, decorrem de problemas afetivos e/ou psicológicos; incentivo à criação de grupos de jovens e/ou de associações de pais e mestres, onde os problemas possam ser discutidos e solucionados ou, pelo menos, minimizados; aumento de vagas, sobretudo no Ensino Médio e Superior, e de postos de trabalho para dar mais chances aos jovens de encontrar seu caminho; escolas mais comprometidas com o lado humano daqueles que passam por seus bancos e que ofereçam inclusive cursos de Cidadania (para que o jovem saiba, com clareza, seus direitos e deveres); governos que façam cumprir as leis que já existem.

Alguns candidatos podem também voltar-se para a importância da religião como forma de cultivar nos jovens qualidades relevantes para uma vida em sociedade, como, por exemplo, o respeito mútuo e a solidariedade, ou ainda para a prática de atividades (esportes, cursos de dança, capoeira etc), de modo que o jovem possa despender suas energias de forma positiva (a mídia, freqüentemente, mostra pessoas ou grupos voluntários que se dispõem a ensinar ou a coordenar tais atividades). Isso significa que, se cada um fizer a sua parte, teremos como resultado adultos mais equilibrados e maduros.

Trata-se de um tema aparentemente simples, mas que se mostra de grande atualidade, pois envolve acontecimentos recentes, e pertinência, já que se volta para a realidade do vestibulando típico: o jovem na faixa etária dos 17, 18 anos. Ao mesmo tempo, os recortes selecionados oferecem farto material para reflexão. Assim, o candidato que não souber escrever – isto é, não desenvolver seu texto de forma coerente, coesa, bem fundamentada e estruturada, demonstrando respeito aos direitos humanos e apresentando propostas adequadas à solução dos problemas levantados – revelará desconhecimento de questões ligadas à competência lingüística e textual (e não falta de ter o que dizer sobre o tema proposto). Essas competências merecem, pois, atenção redobrada da parte da banca corretora, que deverá ainda observar se o candidato obedeceu ao tipo de texto solicitado e soube utilizar adequadamente a modalidade escrita da norma culta, em uma situação formal. Nesse sentido, os critérios propostos pelo ENEM são bastante pertinentes para avaliar os aspectos macro e microtextuais envolvidos na redação do Concurso Vestibular/2003.